

POLÍTICA

Os altíssimos salários podem deixar de crescer, se essas duas emendas forem aprovadas. Uma delas já conta com muitas adesões, inclusive a de Ulysses.

Proposta na Constituinte: fim dos marajás.

Mais 24 mil funcionários públicos no País. Apesar da crise.

Números divulgados pelo Ministério do Trabalho mostram que o empreguismo no serviço público, tanto federal, quanto estadual e municipal, cresceu, e bastante, entre março e junho passados, em vez de diminuir como vinham prometendo as autoridades. No período citado o setor público contratou 77.305 funcionários e saíram 53.352, ou seja, ficou um saldo de 23.953 novas contratações, a sobrecarregar ainda mais as folhas de pagamento oficiais, muitas das quais a arrecadação não consegue cobrir.

Apesar da crise na arrecadação — que levou o governador Orestes Quércia a tentar não pagar os gatilhos salariais atrasados dos servidores paulistas —, São Paulo responde por 37,5% desse aumento de vagas no setor público do País, o que dá um total de 9.008 novos funcionários no período.

Já numa comparação entre as novas contratações realizadas pelos prefeitos das oito principais capitais, Jânio Quadros, o prefeito de São Paulo, foi o campeão. No

total, essas oito capitais criaram, entre março e junho, 3.868 novos empregos, dos quais só Jânio é o responsável por 2.345, ou cerca de 60,5%. Em março, Jânio contratou mais 249 funcionários; em abril, 811; em maio, 855; e em junho, 430. Enquanto isso, o Rio de Janeiro contratou, no período, 663 pessoas; Curitiba, 588; Porto Alegre, 468; e Belo Horizonte, apenas 25. Salvador e Fortaleza, no entanto, reduziram na sua folha de pagamento o equivalente a 115 vagas.

Se compararmos os números do funcionalismo público em geral com a situação do emprego no setor privado, pode-se concluir que a crise, iniciada a partir de março com a recessão imposta pelo fracasso do Plano Cruzado, não afetou o setor público. Só entre março e junho, a indústria de transformação perdeu, por exemplo, 113.852 empregos, a de construção civil perdeu 37.649 e o setor do comércio, 24.490.

Há, porém, setores em que o nível de emprego cresceu, como os de agropecuária

e serviços, embora em junho tenha ocorrido uma queda geral de 0,31% em todo o País contabilizados todos os setores, o que dá um total de 75.545 empregos que sumiram do mercado.

Deve-se notar também que o aumento de ofertas de emprego no setor público pode ser bem maior que o divulgado, mesmo porque os números do funcionalismo público são pouco conhecidos no País. Tanto que o Ministério da Administração ainda faz uma pesquisa para saber pelo menos o total de funcionários públicos que recebem salários. Mesmo assim, o Ministério do Trabalho calcula que, em junho, um total de 3.407.000 pessoas estavam empregadas nos governos estaduais, federal e nas prefeituras.

Outro dado curioso é que a maior parte das contratações no serviço público ocorreu em abril, já na gestão dos novos governadores, quando foram criadas, só em São Paulo, 3.456 novas vagas.

Índios: uma CPI para investigar as denúncias.

Por iniciativa do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), o Congresso Nacional irá criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito mista, "para apurar as denúncias que estão sendo formuladas pelo jornal O Estado de S. Paulo, referentes a uma conspiração internacional envolvendo restrições à soberania nacional sobre a região amazônica, sob o pretexto de preservar as culturas das etnias silvícolas, a ecologia e as riquezas minerais do subsolo daquela região".

A CPI terá 17 membros, entre deputados e senadores, e um prazo de 120 sessões para o seu funcionamento. Entre os 188 signatários do requerimento de Cardoso Alves (da direção nacional peemedebista), estão os líderes do nacional PTB, deputado Gastone Righi (SP), e do deputado Amaral Neto (RJ), os deputados Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Ricardo Izar (PFL-SP), além de parlamentares das diversas facções da Câmara e Senado.

No setor militar, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, aplaude mais uma vez as denúncias de O Estado, afirmando que o problema é muito mais grave do que se imagina: "Já sabíamos disso, mas se

falássemos iam nos acusar de estar tentando ocupar militarmente a Amazônia".

Segundo o ministro, através da emenda de soberania restrita, apresentada ontem pelo líder indígena yanomani, "a pretensa reserva indígena poderia ser futuramente declarada território independente, imediatamente reconhecido por qualquer governo estrangeiro". Acrescentou que os yanomani, "uma nação em decadência", são explorados pelas mineradoras e pelo Cimi — Conselho Indigenista Missionário.

Enquanto isso, em Porto Alegre, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil divulgava telex enviado ontem de Genebra, pelo secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, reverendo Emílio Castro, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, em mais uma tentativa de interferir nos assuntos internos brasileiros. Defendendo a pacificação econômica e política dos índios, o Conselho "lamentava profundamente que o debate construtivo do Congresso Constituinte, para assegurar justiça a todos os setores da sociedade brasileira, seja perturbado pela publicação de matérias tendenciosas e distor-

cidas sobre as atividades das igrejas no Brasil, no matutino O Estado de S. Paulo".

CNBB acusada

De seu lado, o empresário de mineração Elton Rohnelt acusou o presidente da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil —, d. Luciano Mendes de Almeida, de ter pressionado o presidente José Sarney para que o Ministério das Minas e Energia suspendesse — o que acabou acontecendo — todas as concessões de alvará para pesquisa e lavra de minérios em áreas indígenas no Amazonas. A partir disso, segundo o empresário, nenhum alvará foi mais concedido em área a 100 quilômetros em torno de reservas indígenas, o que, em sua opinião, não só prejudica o desenvolvimento do setor mineral na região, mas também os próprios índios, "que querem usufruir dos lucros da mineração em suas terras". Rohnelt chegou a desafiar o Cimi a fazer uma pesquisa de opinião junto aos índios.

D. Luciano Mendes de Almeida, aliás, dará hoje, às 10 horas, em Brasília, uma entrevista coletiva para responder às denúncias divulgadas por O Estado de S. Paulo.

Os marajás do serviço público em todo o País poderão perder todas as suas vantagens se for aprovada a emenda apresentada ontem pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que, segundo ele, conta com o apoio de muitos constituintes, inclusive do presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães.

Na verdade, são duas emendas. Uma determina que, logo após a fixação dos novos níveis do salário mínimo, o Poder Executivo (federal, estadual ou municipal) proponha ao Poder Legislativo competente o estabelecimento do valor da remuneração máxima (incluindo todas e quaisquer vantagens), que poderá ser paga aos respectivos servidores, ativos ou inativos, inclusive os militares e os empregados das estatais.

A outra emenda dá prazo de 30 dias, após a promulgação da Constituição, para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios revejam os cálculos das remunerações dos seus servidores, inclusive empregados das estatais, para que "os adicionais, as gratificações e quaisquer outras vantagens, concedidos em forma de percentuais, sejam calculados, cada um deles, sobre a parte fixa dos salários, soldos e proventos, isoladamente, cessando a sua incidência recíproca e o cálculo de qualquer deles sobre outros valores que não os da parte fixa".

Emendas

Em São Paulo das duas propostas do Executivo encaminhadas à Assembléia, para dar início à eliminação dos marajás estaduais, por enquanto somente uma delas teria condições de ser submetida ao plenário ainda neste ano: a emenda à Constituição do Estado, que termina com o efeito cascata das vantagens e benefícios do funcionalismo, decorrente do mecanismo da incidência recíproca e sucessiva. A segunda medida, prevista no projeto de lei complementar, que proíbe a incorporação das gratificações de funções, de acordo com os prazos para sua tramitação, dificilmente chegará a plenário para votação neste semestre.

Além disso, como já mostrava ontem o deputado Barros Munhoz, líder do PTB, ambas medidas propostas pelo governo do Estado, do jeito que estão esbarram na inconstitucionalidade. Diz o parlamentar, que conflitam com o artigo 13, inciso V, da atual Constituição Federal. Por isso, tanto ele como os deputados do próprio PMDB entendem que essas propostas somente terão sentido após a promulgação da futura Constituição. Caso contrário, todas essas medidas correrão o risco de cair no Judiciário e terminar acarretando uma despesa ainda maior ao erário.

O artigo 13, inciso V, da Constituição vigente, determina que deverão ser respeitados os "limites máximos de remuneração estabelecidos em lei federal". Essa regulamentação está prevista no Decreto-lei federal nº 2.036, de 21 de junho de 1983, "que instituiu o chamado FIG (nome tirado do

presidente João Figueiredo), pelo qual ninguém poderia ganhar mais que o presidente da República", acrescenta Munhoz. Contudo, segundo o deputado petebista, até mesmo esse dispositivo excluiu "os adicionais por tempo de serviço, para efeito de observância de teto", de acordo com seu artigo 1º, parágrafo 3º.

"Como o governador Orestes Quércia pretende agora, com seu projeto de emenda à Constituição estadual, estabelecer um teto, incluindo as vantagens decorrentes dos adicionais por tempo de serviço?" — pergunta o líder do PTB na Assembléia. Segundo ele, as propostas do governador "afrontam a Constituição da República e a legislação federal". Por isso, ele entende que somente deveriam ser encaminhadas à Assembléia "após a promulgação da nova Constituição e durante os trabalhos da Constituinte estadual, no próximo ano".

Alterações

De qualquer modo, mesmo já esgotado o prazo para apresentação de alterações à emenda proposta pelo governo, que modifica o inciso 6º do artigo 92 da Constituição do Estado, haverá pelo menos mais 60 dias de prazo, para passar pelas comissões permanentes da Assembléia: de Constituição e Justiça (10 dias), de Administração Pública (30 dias) e de Finanças e Orçamento (mais 30 dias). E, mesmo que possa entrar em discussão ainda este ano, somente será aprovada com 56 votos, dois terços dos membros da Assembléia Legislativa.

Já o projeto de lei complementar, que acaba com as incorporações, embora possa ser aprovado com 43 votos — apenas maioria absoluta — ainda se encontra à disposição dos parlamentares para novas alterações. Além disso, ao contrário do projeto de emenda, a proposta de lei complementar ficará por mais 90 dias nas comissões permanentes. Ainda por cima, continuará sujeita a novas alterações mesmo quando chegar a plenário, para discussão e votação. E, após receber novas emendas, deverá voltar para as comissões permanentes da Casa. Mesmo assim, haveria um remédio para abreviar sua tramitação: a aprovação, em plenário, do regime de urgência. Mas nem os deputados acreditam que esse projeto de lei complementar chegue a plenário este ano.

O secretário da Administração, José de Castro Coimbra, não compareceu ontem à CEI que apura as discrepâncias entre os salários dos servidores: alegou falta de tempo e transferiu seu depoimento para a próxima quarta-feira. A CEI ainda aguarda as folhas de pagamento de julho para fazer um levantamento dos salários. E, como o governador Quércia ainda não divulgou a lista dos marajás do Estado, apesar de suas promessas, o presidente da CEI, Barros Munhoz, determinou ontem um prazo de 48 horas para que os nomes desses funcionários cheguem às suas mãos.